

# A COMPANHIA MATE LARANJEIRA, 1891-1902: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DOS ERVAIS DO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO\*

COMPANHIA MATE LARANJEIRA, 1891-1902: CONTRIBUTION TO  
THE HISTORY OF THE SOUTHERN MATO GROSSO PARAGUAYAN  
TEA CONCESSIONARY COMPANY

**Paulo Roberto Cimó Queiroz**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**Correspondência:**

Rua Reinaldo Bianchi, 340 – Parque Alvorada

Dourados – MS – Brasil. CEP: 79823-381

E-mail: [PauloQueiroz@ufgd.edu.br](mailto:PauloQueiroz@ufgd.edu.br)

**Resumo**

Entre a década de 1880 e meados do século XX destacou-se, no importante ramo da exploração dos ervais nativos do extremo sul do então Mato Grosso, uma única grande empresa capitalista. O presente trabalho, embora reconheça, de modo geral, a *continuidade* desse empreendimento, sob diferentes razões sociais, ao longo do período mencionado (tal como afirma a historiografia), considera necessário questionar os limites e os efetivos contornos de tal continuidade. Como contribuição a esse esforço, o texto analisa o interregno 1891-1902, marcado pela presença da sociedade anônima denominada Companhia Mate Laranjeira (CML). Com base em documentos dessa empresa e de outras a ela relacionadas, o trabalho busca apontar, na atuação da CML nesse período, importantes elementos de descontinuidade, entre os quais se destaca a busca da integração vertical de suas operações.

**Palavras-chave:** Erva-mate; história de empresas; extrativismo vegetal.

**Abstract**

From the 1880s to the mid-twentieth century, in the important economic branch represented by the exploitation of native Paraguayan tea in the extreme south of the Brazilian state of Mato Grosso, stood out a single large capitalist enterprise. The present work, according to the historiography, acknowledges, as a general rule, the *continuity* of this undertaking, under different names, throughout the period mentioned; nevertheless, it considers necessary to question the limits and the actual outline of such continuity. As a contribution to that effort, the text examines the interregnum 1891-1902, marked by the presence of the corporation named Companhia Mate Laranjeira (CML). Based on documents issued both by this company and other related to it, the paper intends to indicate, within CML performance during this period, important elements of discontinuity, among which stands out the quest for vertical integration of its operations.

**Keywords:** Paraguayan tea; entrepreneurial history; vegetal extractivism.

---

\* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas, eventos realizados em Juiz de Fora (MG) em setembro de 2013.

Na porção central da bacia platina, compreendendo territórios pertencentes às atuais repúblicas do Paraguai, do Brasil e da Argentina, a produção e o comércio da erva-mate (*Ilex paraguayensis*) constituíram, sobretudo entre os séculos XVII e XX, um importante ramo econômico.<sup>1</sup> A árvore da erva-mate é nativa dessa região, abrangendo, no que se refere ao Brasil, áreas correspondentes ao Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e o extremo sul do antigo Mato Grosso.<sup>2</sup>

No que se refere a Mato Grosso, a economia ervateira foi especialmente importante no período entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960. Pode-se dizer que a economia política da erva-mate esteve nessa época relacionada a todos os aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo – sem excluir a própria política exterior do Estado nacional brasileiro, haja vista a situação fronteiriça da região considerada (v. figura).<sup>3</sup> Nesse universo, especial destaque coube a uma grande empresa que manteve, durante boa parte desse período, vultosas concessões públicas para a exploração do mate nativo e que se tornou historicamente conhecida como *Companhia Mate Laranjeira* (CML).<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Os antigos habitantes dessa região, sobretudo os Guarani, haviam desenvolvido o hábito de usar as folhas dessa árvore em uma bebida, como uma espécie de complemento alimentar, hábito esse posteriormente adotado pelos conquistadores europeus e seus descendentes. Formou-se assim na América ibérica um amplo mercado consumidor desse produto, inicialmente abastecido pela produção do Paraguai e, a partir do século XIX, também pela produção brasileira. Cf., p. ex.: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial*. México: Grijalbo, 1983; LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

<sup>2</sup> Em 1977, a porção meridional desse estado (isto é, precisamente a porção que incluía os ervais) foi transformada no novo estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é sempre referida, neste trabalho, como “antigo sul de Mato Grosso”, “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT.

<sup>3</sup> Convém observar que, no interior da área indicada no mapa, os ervais ocorriam de forma descontínua.

<sup>4</sup> Cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925, p. 17. Os ervais estavam situados em terras devolutas (públicas), habitadas esparsamente por populações indígenas e, de modo ainda mais esparso, por não índios, e as concessões para a exploração se davam sob a forma de contratos temporários de arrendamento.



O “ciclo” ervateiro sul-mato-grossense, isto é, uma economia extrativista voltada ao mercado externo (tendo a Argentina como mercado praticamente único), caracterizou-se ainda pelo fato de que a erva não sofria em Mato Grosso senão um primeiro beneficiamento (o chamado “cancheamento”). Mantendo tais características, esse “ciclo” durou quase um século, visto que seu colapso se deu apenas quando a Argentina, por volta de 1965, encerrou definitivamente suas importações.

Embora a perspectiva de exploração dos ervais sul-mato-grossenses tenha atraído, nos anos posteriores à guerra contra o Paraguai, o interesse de diversos empreendedores, apenas um deles chegou a obter, para tanto, concessões oficiais duradouras. Trata-se de Tomás Laranjeira,<sup>5</sup> quem, graças a seus vínculos pessoais com dirigentes provinciais e logo federais, obteve em 1882 sua primeira concessão, depois renovada e ampliada até atingir, no início do período republicano, praticamente a totalidade das áreas ervateiras do estado. Observa-se assim que a economia ervateira assumiu, no SMT, feições distintas das que prevaleciam nas províncias sulinas brasileiras (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul): nessas últimas, a extração e o cancheamento eram feitos por numerosos pequenos proprietários, cuja produção era vendida aos chamados “moinhos” – os quais por sua vez exportavam a erva já pronta para o consumo.<sup>6</sup>

Em julho de 1891 Laranjeira foi autorizado pelo governo provisório da República a criar, para o fim da exploração de suas concessões, uma sociedade anônima com o nome de *Companhia Mate Laranjeira*,<sup>7</sup> a qual foi efetivamente constituída no Rio de Janeiro em setembro do mesmo ano. Entretanto, embora Laranjeira houvesse desempenhado a função de incorporador, o controle da empresa coube a uma outra sociedade, igualmente recém-fundada no Rio de Janeiro, denominada *Banco Rio e Mato Grosso* – o qual, conforme se vê pela Tabela 1, subscreveu nada menos que 97% das ações em que se distribuía o vultoso capital da CML.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Segundo costuma referir a historiografia, Laranjeira havia iniciado suas atividades no SMT em 1873, como fornecedor da comissão demarcadora dos limites com o Paraguai (cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *A sombra, Op. cit.*). Embora haja controvérsias acerca do local de origem desse empresário, uma obra recente afirma que ele era natural de Santa Catarina (cf. MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. *Retratos de uma época: os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Laranjeira*. Ponta Porã: Ed. do autor, 2013, p. 23).

<sup>6</sup> Cf., p. ex., LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate. Op. cit.*, e COSTA, Samuel G. da. *A erva mate*. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1995.

<sup>7</sup> Cf. Decreto nº 436C, de 4 jul. 1891. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 19 dez. 2014.

<sup>8</sup> Cf. Escritura de constituição da sociedade anônima “Companhia Matte Laranjeira” [5 set. 1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 62, registro 1565. Embora o capital constante nos estatutos da empresa fosse de 3 mil contos de réis, os acionistas integralizaram efetivamente apenas a metade, isto é, a soma, ainda respeitável para a época, de 1.500 contos de réis (cf. os balanços constantes nos relatórios apresentados pela diretoria às assembleias de acionistas, adiante referenciados).

Tabela 1 – Acionistas da CML no momento da constituição da empresa

Acionistas	Nº de ações
Banco Rio e Mato Grosso	14.540
Joaquim Murtinho	100
Tomás Laranjeira	100
Manoel Moreira da Fonseca	100
Francisco Murtinho	50
Lucídio Alexandre Martins	50
Manoel Martins Torres	20
Francisco Baptista Marques Pinheiro	10
Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis	10
Álvaro de Sousa Neves, guarda-livros	10
João Nunes de Carvalho, guarda-livros	10
<b>Total</b>	<b>15.000</b>

Fonte: Escritura de constituição da sociedade anônima “Companhia Matte Laranjeira” [5 set. 1891].

No que concerne ao Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), fundado no Rio de Janeiro em janeiro de 1891, convém dizer que ele constituiu uma interessantíssima experiência, a qual deve ser compreendida

em suas relações com o processo de modernização e de crescimento econômico em Mato Grosso, visto que tal experiência situa-se precisamente em um período de *aggiornamento* (Singer, 1985:352), marcado pela emergência, no Brasil, do “paradigma moderno” (Herschmann & Pereira, 1994:10) e por uma “larga expansão das forças produtivas” (Prado Júnior, 1987:207).<sup>9</sup>

Além de efetuar operações financeiras tanto no Rio de Janeiro como em praças mato-grossenses, o BRMT atuou no ramo da exploração da borracha e também na formação de “núcleos coloniais” em Mato Grosso. Atuando, portanto, como uma verdadeira *holding*, essa instituição possuía notáveis conexões com as elites políticas e financeiras tanto de Mato Grosso como do Rio de Janeiro, principal centro financeiro do Brasil da época – cabendo destacar, no caso, a família mato-grossense Murtinho, sobretudo Joaquim e seu irmão Francisco.<sup>10</sup>

Tomás Laranjeira era também acionista do BRMT, embora não me tenha sido possível identificar, até o momento, o montante de suas ações.<sup>11</sup> De todo modo, ao

<sup>9</sup> QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, jan./jun. 2010, p. 126.

<sup>10</sup> A presidência do banco foi exercida até 1896 por Joaquim Murtinho (que se afastou da função por haver-se tornado ministro da Viação no governo Prudente de Moraes e logo ministro da Fazenda de Campos Salles) e em seguida por Francisco (que era também o presidente da CML). Deve-se, contudo, rejeitar a ideia de que o BRMT fosse o “banco dos Murtinho”: embora eles tenham tido, “provavelmente, a ideia e a iniciativa da fundação do estabelecimento, além de terem sido responsáveis por sua alta administração”, “parece totalmente fora de questão a ideia de que ‘os Murtinho’ fossem os ‘donos’ do banco ou detivessem seu completo controle” (QUEIROZ, Paulo R. C., Joaquim Murtinho. *Op. cit.*, p. 128-129).

<sup>11</sup> Cf. Lista de subscritores das ações [jan. 1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, registro 1333.

longo do período aqui abordado, além de participar da diretoria e do conselho fiscal da CML, Laranjeira integrou também o conselho fiscal do banco.<sup>12</sup>

O BRMT foi liquidado, numa operação amigável, entre 1902 e 1903, e a CML, nos moldes formais em que até então se apresentava, desapareceu juntamente com ele. Seus bens e concessões, contudo, foram imediatamente assumidos por uma nova empresa, denominada *Laranjeira, Mendes & Cia.*, constituída em Buenos Aires entre fins de 1902 e princípios de 1903. Em 1917, essa empresa – que era uma simples sociedade mercantil – transformou-se, ainda na Argentina, em uma sociedade anônima, denominada *Empresa Mate Laranjeira* (a qual, por sua vez, desde 1935 passou a denominar-se *Empresa Mate Laranjeira Mendes*).<sup>13</sup> Em 1929 ressurgiu no Brasil, como uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro, mas sob o controle da *Empresa* argentina, uma empresa denominada Companhia Mate Laranjeira – a qual assumiu os antigos contratos de arrendamento de ervais com o estado de Mato Grosso.<sup>14</sup> Essa empresa, certamente modificada em sua composição societária e em seus vínculos com instituições argentinas, existe até os dias de hoje. Já em 1949, no entanto, ela perdeu definitivamente suas concessões ervateiras, e desde então foi abandonando esse ramo para dedicar-se a outras atividades.<sup>15</sup>

Percebe-se, portanto, entre fins do século XIX e meados do XX, uma notável continuidade no empreendimento que, desde sua fundação por Laranjeira, poderia ser descrito como uma “grande empresa concessionária dos ervais nativos do SMT” – empresa que, embora tenha assumido, ao longo do tempo, diferentes nomes e configurações, ficou historicamente conhecida pelo nome adotado em 1891 e manteve uma posição predominante nos ervais sul-mato-grossenses até a década de 1940.

O fato é que, no início da década de 1890, a exploração ervateira era a mais lucrativa de todas as atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso,<sup>16</sup> visto que o produto era de boa qualidade e o mercado consumidor (a Argentina) era firme e seguro. Assim, secundando a anterior iniciativa individual de Laranjeira, a CML investiu na formação ou ampliação de uma vasta infraestrutura de extração e transportes. Como resultado desses investimentos, que se estenderam pelas décadas seguintes, a empresa veio a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terra, ferrovias do tipo *Decauville* e instalações para construção e reparação de veículos e

---

<sup>12</sup> Cf. relatórios apresentados pelas diretorias, adiante referenciados.

<sup>13</sup> PANEGÍRICO de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, a Mate Laranjeira. Rio de Janeiro: Tip. Mercantil, [1941], p. 8.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> V. PRUDÊNCIO, Adriana R. *O declínio das atividades ervateiras da Companhia Mate Laranjeira (décadas de 1930 a 1960)*. Monografia (Especialização em História) – UFMS. Dourados, 2004; FERNANDES, José Antonio. *Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943 a 1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2012.

<sup>16</sup> ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 33.

embarcações; além disso, ela mesma comandava diretamente suas operações de importação e exportação. Para tanto, mobilizavam-se milhares de trabalhadores, constituídos, na maioria, pelos chamados *mineiros*, diretamente responsáveis pela coleta da erva – contingente esse formado por indígenas e principalmente por paraguaios.<sup>17</sup>

Nesse processo, a empresa criou e manteve conexões que iam muito além dos limites de seus ervais e do próprio território brasileiro. Tais conexões, de caráter comercial, político ou financeiro, estenderam-se por boa parte do chamado “cone sul” da América do Sul – ultrapassando, ademais, os contornos de uma mera ação empresarial para abranger domínios como as lutas políticas, os movimentos sociais, as relações internacionais etc.<sup>18</sup>

A esse respeito, uma primeira constatação a ser feita é a de que a enorme relevância assumida pela empresa, isto é, a amplitude e a longa duração de sua presença nos ervais, levou-a a “sequestrar”, por assim dizer, grande parte da história e da memória de toda a região ervateira sul-mato-grossense. De fato, pelo que consta em boa parte das obras sobre a história sul-mato-grossense, como já notou Guillen, o leitor é levado a pensar que “no começo nada existia, então veio a Matte Larangeira e se fez a história da região fronteiriça”.<sup>19</sup> Em outras palavras, muitos estudos têm sido levados a confundir, mais do que seria justo e desejável, a história da economia ervateira sul-mato-grossense com a história da empresa, como se fossem ambas uma só e mesma coisa<sup>20</sup> – e essa confusão nem sempre é inocente, pois, como nota ainda Guillen, tal ênfase na presença e atuação da CML “é datada, construída por aqueles que defendiam os interesses da Companhia num momento histórico muito específico”.<sup>21</sup>

Na verdade, contudo, o universo da economia ervateira sul-mato-grossense (conforme ainda será visto mais adiante neste texto) foi algo muito mais complexo,

---

<sup>17</sup> Cf. CORRÊA FILHO, V. *À sombra. Op. cit.*; ARRUDA, G. *Frutos da terra. Op. cit.*; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares.* In: DANTAS, Carolina; ABREU, Martha (dir.). *Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF.* Niterói: UFF, 2010, p. 4.

<sup>18</sup> Cf., p. ex., a participação da empresa na Revolução Constitucionalista de 1932, em HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

<sup>19</sup> GUILLEN, Isabel C. Martins. O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. *Revista Científica*, Campo Grande, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996, p. 38. Ver também GUILLEN, Isabel C. M. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945).* Dissertação (Mestrado em História) –UNICAMP. Campinas, 1991, p. 21.

<sup>20</sup> Cf. CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. *História de Mato Grosso do Sul.* 5. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002, p. 163-168; CAÁ: a força da erva. Direção de Lú Bigattão. Produção de Ubirajara Guimarães. Roteiro e edição de Rosiney Bigattão. [Campo Grande]: Ímpar, [2006]. 1 DVD (60 min.), son. color. Na verdade, tende-se até mesmo a situar o fim do “ciclo” ervateiro do SMT na década de 1940, que é quando a empresa se afasta desse ramo.

<sup>21</sup> GUILLEN, Isabel C. M. O lugar da história. *Op. cit.*, p. 38. A autora se refere, aqui, ao período em que o Estado nacional brasileiro, representado pela ditadura varguista, adotou uma posição crítica, e mesmo hostil, em relação à CML.

impossível de ser reduzido à exclusiva presença da CML; do mesmo modo, a empresa não ficou sempre imune, nem passou ilesa pelas transformações ocorridas em seu ambiente ao longo das sete décadas entre o início formal do empreendimento de Laranjeira e o encerramento dos contratos com o estado; ao contrário, embora mantendo sempre grande poder de intervenção nesse ambiente, a empresa foi forçada, em variável medida, a adaptar-se.

Como se pode ver, os desafios colocados perante os estudiosos dessa história são extraordinários, tal a riqueza e a multiplicidade dos aspectos que devem ser levados em conta. Assim se compreende o fato de que, embora seja já considerável o volume de trabalhos dedicados à história dessa empresa,<sup>22</sup> muitos de seus aspectos ainda permaneçam na obscuridade.

De toda maneira, parece possível dizer que, de modo geral, a grande empresa aqui considerada não goza, nos círculos acadêmicos, de uma boa fama, antes muito pelo contrário – e sua “má fama” advém sobretudo das formas pelas quais a empresa usou o (e, certamente, abusou do) vasto poder de que dispôs durante tanto tempo.

A esse respeito, destaca-se a história das relações entre a empresa e seus trabalhadores. Segundo os relatos disponíveis, o trabalho dos *mineros* era extremamente penoso e desenvolvido em condições análogas à escravidão, uma vez que o trabalhador, além de ser engajado mediante um adiantamento, ficava obrigado a abastecer-se nos armazéns da própria empresa e não podia deixar o trabalho enquanto não saldasse integralmente seus débitos.<sup>23</sup>

Destaca-se igualmente o fato de a empresa haver desfrutado, em suas décadas iniciais, de um virtual monopólio sobre os ervais, monopólio por ela defendido com zelo e não raro, segundo muitas fontes, com brutalidade. Assim, pode-se dizer que a história dos ervais do SMT, desde fins do século XIX até pelo menos a década de 1910, foi também a história dos conflitos entre a empresa e aqueles a quem ela qualificava

---

<sup>22</sup> Dentre esses, destacam-se: CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra. Op. cit.*; FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Presidente Prudente, 1968; ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 195-310; ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra. Op. cit.*; BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000; GUILLEN, Isabel. *O imaginário do sertão. Op. cit.*; GUILLEN, Isabel. O lugar da história. *Op. cit.*; GUILLEN, Isabel. O trabalho de Sísifo: “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945). *Varia historia*, v. 23, n. 38, p. 615-636; SILVA, Jovam Vilela da. Um truste engravado no sul de Mato Grosso (1882 a 1950): a multiface da Empresa Mate Laranjeira. *Coletâneas do Nosso Tempo*, Rondonópolis: UFMT, n. 1, p. 26-44, 1997; RONCO, Adriana Patricia. La Mate Laranjeira y el monopolio del comercio de la yerba mate (1890-1930). In: *Jornadas de Historia Económica*, 19, San Martín de los Andes, oct. 2004; PRUDÊNCIO, Adriana. *O declínio. Op. cit.*; QUEIROZ, Paulo R. C. A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902). In: *Congreso Latinoamericano de Historia Económica*, 3, 2012, Bariloche (Argentina). Disponível em: [www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Cimo%20Queiroz.pdf/view?searchterm=None](http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Cimo%20Queiroz.pdf/view?searchterm=None). Acesso em: 19 dez. 2014. QUEIROZ, Paulo R. C. Uma rede transnacional: os caminhos de exportação da erva-mate de Mato Grosso, Brasil (1882-1902). *TST – Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, Madrid, v. 25, p. 64-89, 2013.

<sup>23</sup> Cf., p. ex., ARRUDA, G. *Frutos da terra. Op. cit.*; GUILLEN, Isabel. O trabalho de Sísifo. *Op. cit.*

como “ladroes de erva”, isto é, alguns dos imigrantes paraguaios e migrantes brasileiros (provenientes sobretudo do centro-sul do país) que, num típico movimento de “frente de expansão”, vinham estabelecer-se nas terras devolutas do SMT.<sup>24</sup>

Finalmente, pode-se dizer que parcela da “má fama” advém também da identificação da empresa com a simples exportação de um produto primário, atividade que, nos termos da influente teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, é vista como incapaz de gerar qualquer coisa além do empobrecimento da população local e a exaustão de seus recursos naturais.<sup>25</sup>

É importante informar que a resistência dos migrantes acima referidos, apoiados por parcela das elites políticas mato-grossenses, acabou por levar à quebra do monopólio da empresa e a uma significativa redução das áreas a ela arrendadas. De fato, uma lei estadual de 1915 veio assegurar aos migrantes (até então simples posseiros) o direito de adquirirem legalmente suas terras e explorarem os ervais nelas situados, o que deu origem a uma camada de produtores independentes que, na década de 1950, já reunidos em cooperativas, assumiriam a liderança da produção ervateira sul-mato-grossense até o colapso dessa economia, em 1965.<sup>26</sup>

Entretanto, se é verdade que a trajetória desse mundo ervateiro não pode ser reduzida à da CML, é igualmente verdadeiro que esta foi um ator decisivo nesse contexto, e uma melhor compreensão de sua história certamente contribuirá para o conhecimento das demais facetas desse complexo e fascinante mundo.

No presente trabalho – parte de uma pesquisa maior, em andamento – proponho-me a questionar a extensão e os efetivos contornos da já mencionada *continuidade* do empreendimento. De fato, parece-me que não seria equivocado dizer que o enorme vulto dessa empresa, aliado à sua longa duração, pode perigosamente conduzir os estudiosos a imaginá-la e retratá-la, de modo inconsciente, quase como um ente atemporal, isto é, a-histórico – como se ela já houvesse nascido, qual autêntica Minerva, com toda a sua imensa estrutura, e tivesse atravessado o tempo de sua existência nos ervais mantendo-se sempre idêntica a si mesma, e quase como se tivesse, por assim dizer, vida própria, independente das situações conjunturais e da diversidade dos interesses e dos sujeitos concretos que a conformaram ao longo do tempo.

---

<sup>24</sup> Cf. ARRUDA, G. *Frutos da terra. Op. cit.*; GUILLEN, Isabel. *O imaginário do sertão. Op. cit.*

<sup>25</sup> Para uma interessante análise dos limites e equívocos dessa visão, em termos gerais, v. HIRSCHMAN, Albert O. A generalized linkage approach to development, with special reference to staples. In: \_\_\_\_\_. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, esp. p. 85-88. Com relação ao caso específico de Mato Grosso, ver: FRANK, Zephyr L. *The Brazilian far west: frontier development in Mato Grosso, 1870-1937*. Tese (Ph.D em História) – University of Illinois. Urbana-Champaign, 1999; FRANK, Zephyr L. Exports and inequality: evidence from the Brazilian frontier, 1870-1937. *The Journal of Economic History*, v. 61, n. 1, mar. 2001, p. 37-58.

<sup>26</sup> Cf. JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS. Dourados, 2004; SALDANHA, Athamaril. Capataz caati. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 445-518.

Contra tais armadilhas da memória, que podem conferir maior relevo às continuidades que às rupturas, parece-me cabível e necessário o recurso, o mais amplo possível, à documentação (isto é, à história) da própria empresa.<sup>27</sup>

A questão aqui proposta poderia ser formulada nos seguintes termos: as várias vicissitudes que cercaram o empreendimento, desde a época de Tomás Laranjeira, representaram simples mudanças formais ou chegaram, em algum momento, a modificar algum aspecto essencial das operações? Na impossibilidade, no momento, de abordar o conjunto do período, limito-me aqui à análise do interregno 1891-1902, correspondente à presença da sociedade anônima que pela primeira vez utilizou o nome *Companhia Mate Laranjeira* – utilizando como fontes, principalmente, documentos produzidos não só pela própria CML como também por seu controlador na época, isto é, o Banco Rio e Mato Grosso.

Para esta análise, busco alguma inspiração no trabalho clássico de A. Chandler Jr.<sup>28</sup> Referindo-se aos estudos sobre a história da moderna empresa capitalista nos EUA, esse autor escreveu que, por longo tempo, muitos economistas consideraram tal tipo de empresa como uma “aberração”, explicando suas origens simplesmente pelo “desejo do monopólio”; por sua vez, os historiadores (que, ainda segundo Chandler, tendiam a dedicar-se ao estudo dos empreendedores, de preferência à análise das empresas por eles criadas) buscavam esclarecer se tais empreendedores (*founding fathers*) eram “caras bons” ou “caras maus” – sendo que a maioria dos historiadores, “as distrustful as the economists about the enterprises these men built, agreed that they were bad”.<sup>29</sup>

Penso que estas considerações podem vir a calhar tendo em vista que, sobretudo na literatura acadêmica, a empresa aqui abordada tem sido às vezes representada, senão como uma completa “aberração”, pelo menos como um empreendimento de “caras maus”.<sup>30</sup> Não tenho, evidentemente, a menor intenção de “absolver” a empresa das acusações que pesam sobre ela, por suas práticas monopolistas e

---

<sup>27</sup> Pelo que me consta, o único trabalho acadêmico a usar de modo mais sistemático a documentação da empresa é o de BIANCHINI, Odaléa. *A Companhia Matte Larangeira*. *Op. cit.*; esse trabalho, todavia, utiliza apenas documentos posteriores a 1929 (quando, como já foi dito, ressurgiu no Brasil, embora subordinada à matriz argentina, a empresa denominada Companhia Mate Laranjeira).

<sup>28</sup> CHANDLER JUNIOR, Alfred. *The visible hand: the managerial revolution in American business*. Cambridge: Belknap Press, 2002.

<sup>29</sup> CHANDLER JUNIOR, Alfred. *The visible hand*. *Op. cit.*, p. 4-5.

<sup>30</sup> A esse respeito, o caso mais emblemático é o da obra de Fernando A. Faria, onde as referências não só a Laranjeira e à CML como sobretudo a Joaquim Murtinho e ao BRMT são extremamente negativas (cf. FARIA, Fernando A. *Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993). Utilizando o conceito de “privatização do estado”, Faria “ênfatiza acima de tudo a aparente disposição, por parte da família Murtinho e seus aliados, de dominarem completamente a economia e a política mato-grossenses, por meios espúrios e mesmo violentos, com o único objetivo de se locupletarem de poder e riquezas”; suas descrições, contudo, “afiguram-se um tanto caricaturais, fundadas num viés moralista que não parece o mais adequado à correta compreensão dos respectivos fenômenos” (cf. QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murtinho. *Op. cit.*, p. 127 e 135).

autoritárias. Penso, entretanto, que, seguindo a lição do próprio Chandler Jr., é necessário e conveniente lançar sobre essa instituição um olhar mais acurado.<sup>31</sup>

### **A atuação individual de Tomás Laranjeira e as mudanças aportadas pela CML**

Estando os ervais situados no SMT e seu principal mercado consumidor localizado em Buenos Aires, é evidente que o sucesso do empreendimento dependia não apenas da disponibilidade de trabalhadores, mas também, de modo aliás crucial, de um eficiente sistema de transportes. Os trabalhadores, Tomás Laranjeira os encontrou no empobrecido Paraguai do pós-guerra, bem como, em certa medida, nos indígenas que habitavam as matas sul-mato-grossenses.<sup>32</sup> Para o transporte da produção, utilizou os caminhos que, cruzando o território da República do Paraguai, ligavam os ervais do SMT a Concepción (onde, aliás, Laranjeira se estabeleceu) ou a Assunção, no rio Paraguai. Tratava-se, no caso, de trajetos mistos, que combinavam trechos terrestres, percorridos por carretas puxadas por bois, com trechos de navegação pelos rios Ipané-Guaçu ou Jejuí-Guaçu.<sup>33</sup>

No que concerne à colocação do produto no mercado, é preciso inicialmente mencionar a separação, usualmente presente no ramo ervateiro no Brasil, entre as atividades de extração e cancheamento da erva, por um lado, e sua posterior moagem, envase e entrega ao consumo, por outro.<sup>34</sup> No caso aqui considerado, apenas a primeira fase era realizada no SMT, sendo a segunda efetuada diretamente no mercado consumidor, isto é, em Buenos Aires.

Embora não se conheça, até o momento, nenhum relato do próprio Laranjeira sobre o funcionamento dessa divisão de trabalhos, parece certo que, desde o início de suas atividades nesse ramo, ele manteve uma associação (informal, ao que tudo indica) com um personagem chamado Francisco Mendes Gonçalves, estabelecido em Buenos Aires e que se encarregava do beneficiamento do produto e de sua distribuição entre os consumidores.

---

<sup>31</sup> Na verdade, penso que aqui caberia também a advertência de Marc Bloch: “à força de julgar, acaba-se, quase fatalmente, por perder até o gosto de explicar. Com as paixões do passado misturando seus reflexos aos *partis pris* do presente, o olhar se turva sem remédio e, assim como o mundo dos maniqueus, a humana realidade vira apenas um quadro em preto e branco” (BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 126).

<sup>32</sup> Cf. ARRUDA, G. *Frutos da terra*. *Op. cit.*; FERREIRA, Eva M. Luiz. *A participação dos índios Kaiowa e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira*. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD. Dourados, 2007.

<sup>33</sup> QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Uma rede transnacional. *Op. cit.*

<sup>34</sup> Uma vez cancheada, a erva já pode ser consumida. Para mercados mais exigentes, contudo, era necessário o chamado “beneficiamento”, que “consiste na escolha e redução a pó das folhas e galhos que são enviados da campanha (erva cancheada)” [A indústria da herva-matte. In: ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso. Corumbá, 1914. p. 255].

Segundo relatos memorialistas, Francisco Mendes Gonçalves nasceu na ilha da Madeira, em 1847, e veio para o Rio de Janeiro, com sua mãe e irmãos, na idade de 6 anos. Informa-se que já então vivia no Brasil, estabelecido como comerciante, Ricardo Antonio Mendes Gonçalves (o irmão mais velho de Francisco), quem, por ocasião da guerra com o Paraguai, “acompanhou o exército brasileiro na qualidade de fornecedor”. Nesse mister, Ricardo teria levado consigo, como “ajudante”, o irmão Francisco, o qual “permaneceu a seu lado durante toda a campanha, aí se relacionando com chefes e oficiais brasileiros e argentinos” e também “com o sr. Tomás Laranjeira, que servia igualmente ao exército brasileiro”. Essa fonte situa, portanto, a origem do empreendimento ervateiro nessa ligação entre Laranjeira e Gonçalves, estabelecida ainda durante a guerra:

Dessa amizade surgiu, depois de terminada a guerra do Paraguai, a ideia de um empreendimento comercial para explorar o intercâmbio de produtos agrícolas e extrativos entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Por conveniência do próprio negócio, D. Francisco [Mendes Gonçalves] se radicou em Buenos Aires, onde contraiu matrimônio e constituiu seu lar, fundando em 1874 a sociedade comercial Francisco Mendes & Companhia, que se dedicou à venda e distribuição dos produtos recebidos do Brasil e do Paraguai.<sup>35</sup>

Essa associação foi inicialmente mantida pela CML, sucessora do empreendimento individual de Tomás Laranjeira. De fato, o primeiro relatório de sua diretoria informa que o mate produzido pela companhia era “exportado para Buenos Aires à consignação da acreditada casa dos Srs. Francisco Mendes & C.” e que, “presentemente”, o produto exportado era beneficiado na “fábrica” pertencente aos mesmos Srs. Francisco Mendes & C.<sup>36</sup>

Todavia, encontram-se na própria historiografia indicações de que o advento da CML trouxe novidades em relação à anterior empresa individual de Laranjeira. Segundo um dos primeiros, senão o primeiro trabalho acadêmico a tratar desse assunto, Laranjeira “não contava com uma estrutura de organização empresarial moderna e não possuía capital suficiente para a constituição de infraestrutura necessária para dinamizar a produção” – de modo que após a entrada, no negócio, dos capitais providos pelo Banco Rio e Mato Grosso, “a exploração sofreu uma transformação, organizando-se em moldes empresariais, o que permitiu a instalação de uma infraestrutura mais sofisticada”.<sup>37</sup>

Efetivamente, na década aqui considerada a empresa acrescentou, aos portos de exportação já utilizados por Laranjeira, o Porto Murtinho (especialmente fundado à margem esquerda do rio Paraguai, no extremo sudoeste do atual estado de Mato

---

<sup>35</sup> Panegírico de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra. *Op. cit.*, p. 6-7.

<sup>36</sup> COMPANHIA MATE LARANJEIRA (CML). Relatório [...] à primeira assembléa geral [...] 27 de maio de 1893. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 maio 1893, p. 6 (note-se que os relatórios apresentados às assembleias de acionistas referem-se às atividades do ano anterior).

<sup>37</sup> ARRUDA, G. Heródoto. *Op. cit.*, p. 234-235.

Grosso do Sul). Além disso, construiu uma estrada carreteira ligando Porto Murtinho aos ervais (situados mais de 300 km a sudeste, já na bacia do rio Paraná) e investiu não só na aquisição de novos meios de transporte como no melhoramento dos existentes. Aumentou, enfim, significativamente, tanto a área explorada como as quantidades produzidas (ver Tabela 2).<sup>38</sup>

**Tabela 2 – Companhia Mate Laranjeira:  
produção de erva-mate cancheada (1891-1901)<sup>39</sup>**

Anos	Produção (em kg)
1891-92	2.066.400
1893	2.984.800
1894	4.135.978
1895	4.295.263
1896	5.143.281
1897	4.143.397
1898	4.708.155
1899	4.625.648
1900	4.456.823
1901	4.560.303

Fonte: relatórios anuais da diretoria da empresa.

Contudo, entre as transformações advindas com a CML inclui-se ainda uma outra, de caráter mais qualitativo que quantitativo e que melhor evidencia, a meu ver, a descontinuidade representada pelo advento da nova empresa: refiro-me ao domínio, que ela passa a ter, sobre todas as fases do processo produtivo.

### **A CML (1891-1902) e a busca da verticalização das operações**

É certo que, ao tratar de Laranjeira, parece-me conveniente não “diminuir”, por assim dizer, suas iniciativas, e desse modo realçar, mais do que seria justo, as mudanças introduzidas com a CML. Também Laranjeira, em sua época, precisou investir em meios de transporte, estabelecer centros de gerência e administração etc.,<sup>40</sup> em face dos desafios impostos pela vasta área em que operava e pela escala

<sup>38</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo R. C. Uma rede transnacional. *Op. cit.*; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Um novo porto no rio Paraguai (Porto Murtinho, Mato Grosso)*: uma análise de sua trajetória e significados (fins do séc. XIX – inícios do séc. XX). Trabalho produzido para o IV Congresso Latino-Americano de História Econômica, realizado em Bogotá (Colômbia) em julho de 2014.

<sup>39</sup> A título de comparação, vale notar que, segundo se informa, a última produção da empresa individual de Laranjeira havia sido de 120 mil arrobas, ou seja, apenas 1.377.600 kg (cf. CML. Relatório [...] à 3ª assembléa geral [...] 31 maio de 1895. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 maio 1895, p. 3; trata-se, no caso, de arrobas castelhanas, equivalentes cada uma a 11,48 kg).

<sup>40</sup> Cf. ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962, p. 23.

transnacional em que se desenvolviam seus negócios, abrangendo territórios do Brasil e do Paraguai.<sup>41</sup>

Mas é certo também que, em seguida, esse caráter transnacional seria reforçado com a integração, às estruturas da CML, do próprio território argentino, como área de beneficiamento. De fato, os documentos da empresa mostram uma circunstância ainda praticamente desconhecida pela historiografia,<sup>42</sup> a saber, o fato de que, nessa época, a CML busca ativamente uma *integração vertical* de suas operações.

“Com a grande produção que a companhia está atualmente habilitada a levar ao mercado” – dizia, de fato, já o primeiro relatório da diretoria – “é de sentir que não possua ainda todos os meios de trabalhar no seu produto antes de entregá-lo ao consumidor”:

Falta-nos para esse fim a fábrica de beneficiamento do mate, como o complemento das funções da companhia. Presentemente é o nosso produto beneficiado na fábrica dos Srs. Francisco Mendes & C., de Buenos Aires. A diretoria, porém, tem a satisfação de comunicar-vos que conta em curto prazo de tempo resolver essa questão de modo favorável aos interesses sociais.<sup>43</sup>

No relatório seguinte o assunto já mereceu até mesmo um subtítulo próprio (“Fábrica”). A aquisição de uma fábrica “de moer e acondicionar a erva-mate”, reafirma a diretoria, permitiria “não só aproveitar os benefícios provenientes da grande produção que levamos ao mercado, como também *integrar* as funções desta Companhia com o preparo completo do seu produto antes de entregá-lo ao consumidor”.<sup>44</sup> Informa-se que havia sido considerado, como possível local de instalação dessa fábrica, o citado Porto Murtinho (isto é, um local mais próximo da área de extração); entretanto, por “motivos poderosos”, havia-se optado pela cidade de Buenos Aires: “Para essa preferência, além do motivo não pequeno de serem na República Argentina os direitos sobre a erva em folha muito menores do que os da erva em pó,<sup>45</sup> concorreu também a circunstância de ali achar-se a fábrica no centro dos consumidores e poder assim mais facilmente atendê-los nas suas justas reclamações”.<sup>46</sup>

<sup>41</sup> Embora eu me reserve para discutir estas questões em outra oportunidade, parece-me que essas circunstâncias seriam em seguida responsáveis pelo aparecimento, na CML, das duas “características específicas” da empresa moderna, conforme o resumo apresentado por Chandler Jr.: 1) a existência de “*many distinct operating units*”, 2) dirigidas “*by a hierarchy of salaried executives*” – unidades essas que, para usar ainda os termos de Chandler, possuíam, cada uma, “*its own administrative office*”, eram administradas por “*a full-time salaried manager*” e poderiam “*theoretically operate as an independent business enterprise*” (CHANDLER JUNIOR, A. *The visible hand. Op. cit.*, p. 1-3).

<sup>42</sup> Até onde sei, apenas Fernando A. Faria menciona essa circunstância, mas somente de passagem e sem dela extrair maiores consequências (cf. FARIA, Fernando A. *Os vícios. Op. cit.*, p. 226).

<sup>43</sup> CML. Relatório [...] à primeira assembléa geral [...] 27 de maio de 1893. *Op. cit.*

<sup>44</sup> CML. Relatório [...] à assembléa geral [...] de 1894. *Jornal do Commercio*, RJ, 30 maio 1894, p. 4; destaque meu.

<sup>45</sup> O documento refere-se aqui ao fato, aliás muito compreensível, de que as tarifas aduaneiras argentinas sobre a erva já beneficiada (“em pó”) eram muito maiores que aqueles incidentes sobre a erva simplesmente cancheada.

<sup>46</sup> CML. Relatório [...] à assembléa geral [...] de 1894. *Op. cit.*

Definido o local, havia restado ainda, segundo o relatório, a questão “da escolha entre a fundação de uma nova fábrica e [a] aquisição de uma das que existiam naquela cidade”. Segundo se informa, a decisão havia recaído sobre a segunda opção:

O estudo dessa questão nos fez abandonar a primeira ideia e realizar a compra da [fábrica] pertencente aos Srs. Francisco Mendes & C., como a solução mais vantajosa aos interesses da Companhia. Efetivamente, com a fundação de um novo estabelecimento, teríamos de despender o mesmo capital empregado na compra da atual, e com a séria desvantagem do deslocamento do nosso produto do lugar onde até agora tem sido beneficiado a contento dos consumidores.<sup>47</sup>

Os relatórios subsequentes noticiam, abundantemente, os vários melhoramentos e ampliações introduzidos no estabelecimento e afirmam seu excelente desempenho, no concernente tanto à qualidade e volume da produção como aos lucros propiciados (v. Tabela 3).

**Tabela 3 – Companhia Mate Laranjeira: produção física e lucros líquidos da fábrica de Buenos Aires (1893-1901)**

Anos	Produção física (em kg)	Lucros líquidos (em pesos argentinos [papel])
1893-94	3.544.400	135.370,65
1895	3.200.628	127.563,36
1896	3.551.102	129.189,52
1897	4.072.449	147.225,04
1898	4.566.542	159.424,13
1899	4.752.224	---
1900	4.781.746	---
1901	4.947.643	---

Fonte: relatórios anuais da diretoria da empresa.

Pelo que se depreende dos documentos, com a venda da fábrica, Francisco Mendes efetivamente saía do negócio da industrialização: a CML nomeou para o estabelecimento um novo administrador (um certo Francisco Guimarães), mantendo apenas, “na direção da parte técnica” da fábrica, “seu antigo administrador e fundador o Sr. Eduardo Gismondi”, detentor de “conhecimentos especiais” sobre o assunto.<sup>48</sup>

Por outro lado, até o final do período aqui tratado, Francisco Mendes Gonçalves & Cia. continuaram – na condição de “correspondentes” da empresa brasileira – como responsáveis pela colocação do produto no mercado platino (em 1895, por

<sup>47</sup> Idem. O mesmo documento descreve a fábrica comprada: “um magnífico edifício de alvenaria, situado na *calle* (rua) Defensa n. 1875 e 1877, e bem próximo do porto. Os maquinismos, nela existentes, para moer e acondicionar o mate são novos, completos e se acham em boas condições”.

<sup>48</sup> CML. Relatório [...] à assembléa geral [...] de 1894. *Op. cit.*

exemplo, a CML elogia expressamente a “habilidade dos nossos correspondentes na boa colocação do nosso mate”).<sup>49</sup>

É neste contexto que se coloca um importante aspecto da questão da continuidade, isto é: até que ponto se rompiam os vínculos tradicionais entre Laranjeira e Mendes Gonçalves? O laconismo e a vagueza dos documentos aqui utilizados, ou talvez seu próprio interesse em encobrir o que efetivamente acontecia, não permitem afirmar que a aquisição da fábrica de Buenos Aires tenha significado algum tipo de rompimento com Mendes Gonçalves. Em outras palavras, não seria impossível que, para este último, a venda da fábrica fosse apenas um bom negócio: talvez ela não fosse, afinal, tão lucrativa como afirmam os documentos da CML, de modo que, do ponto de vista de Gonçalves, sua venda não afetaria os bons resultados de suas atividades de comercialização.

Contudo, no contexto em que se movia na época a CML, essa aquisição não me parece, de modo algum, um evento trivial. A meu ver, é preciso levar em conta que, naquele momento, 1) a CML era parte de uma organização maior, a saber, o Banco Rio e Mato Grosso, o qual tinha, com relação a esse estado, muitos outros interesses; 2) à CML vinculavam-se, de modo muito estreito, importantes figuras do mundo político mato-grossense (e não eram apenas os Murtinho: com eles estavam também membros da importante família Corrêa da Costa, aliados muito próximos, por sua vez, do eminente líder político chamado Generoso Ponce);<sup>50</sup> 3) a CML, como de resto o banco, gozava de valiosas concessões governamentais (efetuadas tanto pelo governo federal como pelo mato-grossense); 4) por fim, mas não menos importante, já naquela época o estado de Mato Grosso era especialmente marcado pelo “estigma da barbárie”.<sup>51</sup>

Assim, é lícito supor que, por variados motivos, significativas parcelas das elites mato-grossenses alimentassem expectativas de que a exploração ervateira, além de produzir lucros para seus empreendedores, trouxesse algum desenvolvimento econômico e fosse, ademais, motivo de orgulho para o estado.<sup>52</sup> Nessas circunstâncias, o crescimento e fortalecimento da CML (inclusive na direção da verticalização), além

---

<sup>49</sup> Cf. CML. Relatório [...] à 3ª assembléa geral [...] 31 maio de 1895. *Op. cit.*

<sup>50</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murtinho. *Op. cit.*, p. 139.

<sup>51</sup> Trata-se aqui, como assinalou Galetti, das fortes imagens negativas elaboradas e veiculadas por viajantes estrangeiros e brasileiros “do litoral” (GALETTI, Lylia S. G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Ed. UFMT: Ed. Entrelinhas, 2012). Segundo essas imagens, nas palavras de outro autor, Mato Grosso era, entre outras coisas más, “um estado ‘atrasado’, ‘incivilizado’ e ‘selvagem’” [cf. ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História Social) –USP. São Paulo, 1998, p. 16].

<sup>52</sup> A esse respeito, parecem-me cabíveis as seguintes observações de Hobsbawm, referentes à “era dos impérios”: “mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial” (HOBSBAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 94-95).

de produzir os esperados lucros, atuaria como um poderoso mecanismo de legitimação social e política de seus controladores, aliados e apoiadores mato-grossenses.

A esse respeito, parece-me interessante observar que em 1893, quando o estado buscava recuperar-se dos danos causados pelos conflitos políticos armados ocorridos no ano anterior, Francisco Murtinho, presidente da CML, assim se expressava no relatório apresentado aos acionistas: “Entendeu a diretoria ser dever da companhia, mesmo com algum sacrifício, vir em auxílio do estado em situação tão difícil, e para fornecer-lhe maior contribuição providenciou no sentido de no corrente exercício ser elevada a produção ao máximo limite da nossa atual capacidade”.<sup>53</sup>

Tal circunstância por certo não exclui, antes pelo contrário, a vinculação entre o crescimento da empresa e o simples interesse econômico da maioria dos acionistas do BRMT, situados no Rio de Janeiro (e que portanto pouco tinham a ver, diretamente, com o contexto mato-grossense): satisfeitos com a verdadeira “máquina de produzir” (bens e lucros) em que se convertia a CML,<sup>54</sup> a eles muito interessaria a ampliação dos espaços controlados pela empresa, fosse às custas de quem quer que fosse (no caso, Mendes Gonçalves).

Com base em tais premissas, creio ser possível afirmar que os contornos assumidos pela CML, nesse período, sugerem um amplo e ambicioso projeto, concebido e controlado por brasileiros (com uma significativa participação de brasileiros mato-grossenses) e aparentemente destinado a ter, no tempo, uma duração muito maior que aquela efetivamente registrada.

Um dos nós desse projeto parece ter sido o Porto Murtinho. Desde logo parece significativo, no que concerne às expectativas geradas pelo advento da CML, que, no início do regime republicano, quando Tomás Laranjeira obteve uma grande ampliação da área sob arrendamento, ele tenha sido também obrigado a efetuar sua exportação não mais por Concepción mas por um porto situado em território mato-grossense.<sup>55</sup> Na mesma época, o BRMT obteve também uma concessão governamental para instalar, no SMT, alguns núcleos coloniais (para o que o banco receberia uma grande extensão de terras devolutas). Assim, tudo indica que o banco, uma vez proprietário da CML, procurou integrar todos esses negócios: o novo porto (efetivamente fundado e aparelhado pelo BRMT e pela CML a partir de 1893) serviria não apenas à exportação da erva-mate mas também à implantação dos núcleos coloniais, e mais:

---

<sup>53</sup> CML. Relatório [...] à primeira assembléa geral [...] 27 de maio de 1893. *Op. cit.* A “contribuição” mencionada no documento corresponde, como se deduz, ao imposto estadual que incidia sobre a exportação da erva. Convém ainda notar que, neste momento, a presidência do estado de Mato Grosso era exercida por um terceiro membro da fraternidade dos Murtinho (Manuel, cujo mandato foi de 1891 a 1895).

<sup>54</sup> De fato, a despeito das conhecidas perturbações econômico-financeiras que caracterizaram a Argentina da última década do século XIX, a CML era bastante rentável, conforme destacam recorrentemente seus relatórios e balanços; sobre as perturbações acima referidas ver, p. ex., CORTÉS CONDE, Roberto. El crecimiento de la economía argentina, c. 1870-1914. In: BETHELL, L. (Org.). *Historia de América Latina*. v. 10. Barcelona: Ed. Crítica, 2000, p. 13-40.

<sup>55</sup> Cf. Decreto nº 520, de jun. 1890. *Op. cit.*

tal porto deveria, em breve prazo, transformar-se em uma nova cidade e sobretudo um novo polo comercial, destinado a prover o abastecimento, com gêneros importados, de amplas porções do território do SMT (substituindo, no caso, o porto paraguaio de Concepción, que, por sua proximidade geográfica, era até então o verdadeiro entreposto do extremo sul do SMT).<sup>56</sup> Na verdade, a julgar pelo que dizia a diretoria da CML, o Porto Murinho, conforme observei há pouco, havia sido até mesmo cogitado como local de instalação da fábrica destinada a preparar a erva para o consumo bonaerense.

Em tal contexto, seria muito compreensível o “avanço”, por assim dizer, da CML sobre os espaços antes ocupados por Francisco Mendes Gonçalves nos negócios da erva. A esse respeito, convém notar que Gonçalves, embora parecesse muito próximo de Tomás Laranjeira, não fazia parte, ao que tudo indica, do grupo que empreendeu e controlou o BRMT e a CML. Nem seu nome, nem o de qualquer outro Mendes Gonçalves, aparece – até onde já pude observar – nos documentos do banco e tampouco naqueles da Companhia. Em outras palavras, não há indicação de que os controladores do BRMT e da CML houvessem incluído em seus planos o comerciante luso-brasileiro-argentino; na verdade, aceitas as premissas aqui colocadas, aqueles poderiam legitimamente considerar Gonçalves – a quem Laranjeira, em outras circunstâncias, havia praticamente entregado a chave do principal e quase único mercado da erva sul-mato-grossense – como um autêntico estorvo.

Desse modo, admitindo-se que os novos controladores desejavam “emancipar-se”, por assim dizer, da dependência em relação a Gonçalves, torna-se compreensível também o fato de que, sobretudo a partir de 1896, a diretoria da CML passe a defender uma agressiva estratégia de ampliação dos seus mercados. Os novos passos anunciados consistiam, fundamentalmente, em uma tentativa de conquistar o próprio mercado nacional brasileiro: “Cumprindo uma das determinações dos nossos estatutos, a propaganda do mate vai ser encetada pelos Estados do Brasil, fundando a diretoria nesta cidade [Rio de Janeiro] uma pequena fábrica e depósito para mais facilmente dirigir os seus meios de ação”.<sup>57</sup> A “pequena fábrica” foi efetivamente instalada no Rio de Janeiro, e uma outra foi igualmente estabelecida, mais tarde, em Montevideú, no Uruguai. Os relatórios noticiam até mesmo uma tentativa de abrir mercados nos Estados Unidos da América.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murinho. *Op. cit.* Com relação aos problemas e contradições presentes no “ambicioso projeto” aqui referido, v. QUEIROZ, Paulo R. C. *Um novo porto. Op. cit.*

<sup>57</sup> CML. Relatório [...] à assembléa geral [...] 30 [maio de 1896]. *Jornal do Commercio*, RJ, 29 maio 1896, p. 8-9.

<sup>58</sup> Tentativa à qual, segundo se dizia em 1900, “se está procedendo [...] por intermédio do nosso ativo agente Sr. Affonso A. Rutis, que conseguiu organizar em Filadélfia uma sociedade com o capital de 100 mil dólares – *The Yerba Mate Tea Co.*” (CML. Relatório [...] reunião ordinária [...] 31 [maio de 1900]. *Jornal do Commercio*, RJ, 30 maio 1900, p. 6).

Nenhuma dessas iniciativas, contudo, teve qualquer resultado prático.<sup>59</sup> Em outras palavras, realmente significativo era o mercado bonaerense – aquele mesmo que tinha à sua porta, a guardá-lo, a figura de Francisco Mendes Gonçalves. Voltando, portanto, às considerações relativas à fábrica de Buenos Aires, penso que os relatórios da empresa estão corretos. Tal fábrica, além de beneficiar-se dos favores aduaneiros que a Argentina concedia à importação de erva cancheada, estava situada precisamente no interior do maior e mais rico mercado consumidor: a menos que fosse extremamente mal administrada, ela não poderia deixar de ser lucrativa. Assim, sua aquisição devia efetivamente significar, mais do que uma busca de “emancipação”, um avanço da CML sobre um espaço até então ocupado por Mendes Gonçalves.

É importante frisar que Gonçalves tinha muitos méritos a afiançar sua presença nesse espaço. No concorrido mercado portenho (no qual se faziam presentes, por exemplo, os poderosos moinhos de erva-mate do estado do Paraná, o maior produtor brasileiro), um dos grandes trunfos da CML, além da qualidade da erva, era o trabalho de Francisco Mendes:

A garantia da qualidade do produto constituía por certo, antes de tudo, uma incumbência da CML, visto que isso dependia de cuidados a serem tomados desde o início do processo, ainda no SMT. A credibilidade dos produtos, contudo, derivava do fato de que as principais marcas sob as quais era comercializado o mate sul-mato-grossense<sup>60</sup> eram associadas pelos consumidores portenhos não só a Tomás Laranjeira como à casa Mendes Gonçalves – quem, ao longo de vários anos, fora, por assim dizer, a “face visível” das referidas marcas na Argentina.<sup>61</sup>

Mesmo assim, parece-me possível compreender o motivo de Gonçalves haver concordado com a venda da fábrica. A CML detinha, nesse caso, um poderoso elemento de pressão, a saber, o monopólio no fornecimento da cobiçada erva sul-mato-grossense, responsável pelo sucesso das marcas colocadas por Gonçalves no mercado de Buenos Aires. Tão poderosa era essa circunstância que, conforme argumentava em 1891 o presidente da CML, Francisco Murinho, perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro, a expressão “Laranjeira” não constava na denominação da empresa pelo fato de ser parte do nome de um dos sócios (o que era proibido pela legislação referente às sociedades anônimas) mas sim pelo fato de que essa expressão designava os próprios produtos da empresa: tais produtos, informa, “são de há muito e vantajosamente conhecidos nas principais praças consumidoras sob a denominação ‘mate Laranjeira’”, de modo que a adoção desse nome visava a “facilitar” a “continuação das operações da empresa e a propagação do seu produto”.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo R. C. *A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis*. *Op. cit.*

<sup>60</sup> Essas marcas eram “T. L.” e “Cruz de Malta”.

<sup>61</sup> QUEIROZ, Paulo R. C. *A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis*. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>62</sup> Cf. Requerimento apresentado à Junta em 12 set. 1891 – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 62, registro 1565.

É certo que, na hipótese do corte do fornecimento a Mendes Gonçalves, a própria CML não deixaria de sofrer: além de construir ou adquirir outra fábrica, seria necessário informar e convencer os consumidores de que seus produtos continuavam os mesmos, embora não mais fossem distribuídos por Gonçalves. Assim, resulta plenamente plausível a hipótese de uma solução de compromisso (a qual, aliás, não precisaria ser necessariamente definitiva): a CML passava a auferir, por meio da aquisição da fábrica, os benefícios do processamento de sua produção, enquanto Mendes Gonçalves mantinha a exclusividade da distribuição dos produtos no mercado.<sup>63</sup>

### O domínio de Mendes Gonçalves e uma nova descontinuidade

Esse ambicioso projeto da CML, na medida em que tenha efetivamente existido, chegou ao fim em 1902, com a liquidação do BRMT e a consequente venda de seus ativos, aí incluída a Companhia. Embora seja preciso ainda investigar mais por miúdo as circunstâncias em que se deram tais processos, parece-me plausível o entendimento de que a liquidação do banco teve a ver, sobretudo, com a forte instabilidade política por que passou o estado de Mato Grosso durante vários anos a partir de 1899.<sup>64</sup> Nesse ano “ocorreu uma grave cisão entre os integrantes do grupo político que, desde 1891, estava no poder em Mato Grosso, isto é, o grupo que incluía, além dos Murtinho, lideranças como Generoso Ponce e os irmãos Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa”.<sup>65</sup> Essa cisão opôs, principalmente, Manuel Murtinho, de um lado, e Ponce, de outro – e, ao tornar-se cada vez mais aguda, “arrastou para campos opostos, pela força das respectivas lealdades [políticas]”, personagens até então unidas nos projetos do BRMT e que, aparentemente, “nenhum outro motivo teriam para desentender-se”.<sup>66</sup> trata-se, no caso, dos irmãos Corrêa da Costa e do próprio J. Murtinho, que até então mantinham, nos negócios do banco em Mato Grosso, estreita colaboração.

---

<sup>63</sup> Vale registrar que, embora sem citar quaisquer fontes, uma obra recente afirma que em 1898 a CML chegou a propor a Mendes Gonçalves a compra da própria empresa *Francisco Mendes & Cia.* – negócio que somente não se teria concretizado “em razão do posterior enfraquecimento do Banco Rio-Mato Grosso” (MAGALHÃES, Luiz A. M. *Retratos de uma época. Op. cit.*, p. 47). Note-se, por outro lado, que a mesma obra nada diz sobre a fábrica de moer e acondicionar erva-mate, aqui referida, limitando-se a informar que a CML, “instalada em Buenos Aires, inauguraria já em 1896 um novo armazém” (p. 43).

<sup>64</sup> Sobre as práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República, ver: FANAIA, João Edson de A. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010; ARRUDA, Larissa R. V. de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFSCar. São Carlos, 2013; FRANCO, Gilmar Y. *A o(ri)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917*. Tese (Doutorado em História) – Unesp. Franca, 2014; CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. 2. ed. C. Grande: Ed. UFMS, 2006.

<sup>65</sup> QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murtinho. *Op. cit.*, p. 138.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 143.

As lutas políticas aqui referidas degeneraram em sangrentos conflitos armados, em que numerosas pessoas, das duas facções, perderam vidas e bens. Tais conflitos afetaram, em particular, os negócios de exploração da borracha que o BRMT tentava então desenvolver no norte do estado (sendo aliás a borracha, já nessa época, um ramo mais lucrativo que a erva-mate). Foi, portanto, nessas circunstâncias, a que se somava o panorama não muito alentador da praça do Rio de Janeiro, que os controladores do banco, na capital da República, decidiram pela liquidação da instituição.<sup>67</sup>

Assim rompidos os vínculos entre a exploração ervateira e outros possíveis planos maiores, até então representados pelo BRMT, tudo indica que se abriam espaços para uma nova configuração da empresa concessionária. São ainda desconhecidos os detalhes dos cálculos e negociações que conformaram essa reconfiguração;<sup>68</sup> seja como for, seu resultado pode ser considerado, a meu ver, uma nova descontinuidade.

Nessa nova configuração, o controle da empresa muda de mãos: é nessa ocasião, efetivamente, que Francisco Mendes Gonçalves entra para o rol dos proprietários do grande empreendimento ervateiro aqui considerado – e não como um simples sócio mas como controlador, isto é, sócio majoritário; além disso, o controle muda também de *locus*, na medida em que, como veremos a seguir, a nova empresa terá sua sede em Buenos Aires; ao mesmo tempo, enfim, mantém-se a integração vertical obtida no momento anterior – com o que se tem uma espécie de continuidade no interior da descontinuidade, num movimento que demonstra o caráter ricamente complexo e contraditório de todo o processo.

Esse processo é mencionado, embora de modo lacônico, pela ata da assembleia dos acionistas do BRMT (já em processo de liquidação) realizada em 26 de fevereiro de 1903, onde é apresentada e aprovada, por unanimidade, uma proposta apresentada por Tomás Laranjeira:

O abaixo assinado propõe-se à compra do “Ativo” do Banco Rio e Mato Grosso, em liquidação, excluía a Marcenaria Brasileira, pela quantia de 2.250:000\$, obrigando-se à solução do “Passivo”, de acordo com o respectivo balanço final. Rio, 10 de janeiro de 1903. Th. Laranjeira.<sup>69</sup>

Outros documentos indicam, contudo, que Laranjeira não atuava apenas em seu nome. De fato, já em 15 de dezembro de 1902 haviam sido firmados em Buenos

---

<sup>67</sup> QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murtinho. *Op. cit.*, p. 141.

<sup>68</sup> Mesmo assim, pode-se especular que o presumido mal-estar com a dependência em relação a Mendes Gonçalves poderia limitar-se, em sua forma mais aguda, a uma parte dos controladores da CML (vale dizer, uma parte dos acionistas do BRMT): é possível que Tomás Laranjeira e Francisco Murtinho, por exemplo, mais diretamente ligados aos negócios da erva (ainda que o segundo fosse um neófito), não nutrissem grandes ilusões com relação à ampliação do mercado consumidor além de Buenos Aires e, desse modo, estivessem mais dispostos a considerar indispensável a manutenção da antiga aliança com Mendes Gonçalves.

<sup>69</sup> BRMT. Ata da assembleia geral realizada em 26 de fevereiro de 1903. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1903, p. 1175-1176.

Aires, com vistas ao controle dos negócios da ex-CML, dois documentos – um “convênio” e um “contrato social provisório”,<sup>70</sup> envolvendo, cada um, as mesmas pessoas ou instituições, a saber: Francisco Mendes & Cia., Francisco Mendes Gonçalves (pessoa física), Tomás Laranjeira, Francisco Murtinho e Hugo Heyn.<sup>71</sup> O referido contrato provisório visava à constituição de uma nova empresa, denominada *Laranjeira, Mendes & Cia.* (art. 2º), a qual “tendrá por objeto la adquisición y continuación de los negocios de la Compañía Matte Larangeira, según el *convenio* celebrado entre los signatários del presente contrato y los mismos de dicho convenio firmado en igual fecha” (art. 1º; destaque meu).

Pelo que se deduz de notícias publicadas naquela época, o referido “convênio” seria um documento pelo qual Tomás Laranjeira se colocava como intermediário entre o BRMT e os demais personagens acima citados, comprometendo-se a adquirir, para a futura sociedade, os negócios da CML. De fato, o jornal mato-grossense *A Reação* (publicado em Assunção) estampou em 20 de maio de 1903 a seguinte nota:

Todo [o] acervo do Banco Rio e Mato Grosso foi comprado pelo comendador Tomás Laranjeira, pela quantia de 2.250 contos, sendo também a Companhia Mate Laranjeira vendida a um sindicato organizado em Buenos Aires por Francisco Mendes & Comp. por 3.000 contos.<sup>72</sup>

Ao que parece, a figura de Laranjeira continuava importante para a legitimação da transação toda. De fato, o sucesso da operação dependia de que o estado de Mato Grosso autorizasse a transferência das concessões da ex-CML para um novo proprietário, e nesta autorização – concedida pela Lei estadual nº 373, de 19 de maio de 1903 – é ainda Laranjeira quem aparece como intermediário: “Autoriza o Executivo [a] conceder à Cia. Mate Laranjeira permissão para transferir a Tomás Laranjeira, ou empresa que organizar, o contrato de arrendamento [...] para exploração de erva-mate”.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> Contrato social provisório – Buenos Aires, 15 dez. 1902. Manuscrito (cópia existente no acervo do pesquisador independente Almiro Pinto Sobrinho – Amambai, MS). Manifesto aqui meus agradecimentos ao Sr. Almiro Pinto Sobrinho por me haver franqueado o acesso a esse documento.

<sup>71</sup> Hugo Heyn, que havia sido “administrador da casa Laranjeira” (cf. CML. Relatório [...] à primeira assembléa geral [...] 27 de maio de 1893. *Jornal do Commercio*, RJ, 25 maio 1893, p. 6), atuou como alto executivo da CML em todo o período aqui considerado, exercendo principalmente a função de Superintendente dos negócios da empresa desde que essa superintendência foi criada, na cidade de Assunção, em 1894; a ele cabia, inclusive, a responsabilidade pela fábrica de Buenos Aires (cf. CML. Relatório [...] à 3ª assembléa geral [...] 31 maio de 1895. *Op. cit.*).

<sup>72</sup> *Apud* CORRÊA FILHO, V. *À sombra*. *Op. cit.*, nota 46, p. 43). Vale notar que, ao noticiar esses fatos, Corrêa Filho qualifica Mendes Gonçalves como um “recém vindo”, e assim indiretamente confirma que ele não havia tido, até então, uma participação direta nos negócios da extração da erva sulmato-grossense.

<sup>73</sup> Cf. Indicador das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935): organizado por um funcionario do Thesouro do Estado. Cuiabá: Livraria e Papelaria União, [s.d.], p. 204. A julgar por essas informações, e a depender do montante do Passivo do BRMT, Laranjeira pode ter obtido nessa transação uma boa vantagem, visto que, tendo pago 2.250 contos pela quase totalidade do Ativo do Banco, teria em seguida “revendido” apenas parte desse ativo, isto é, aquela referente à CML, pela soma de 3 mil contos.

Na *Laranjeira, Mendes & Cia.* (LMC), a preponderância de Francisco Mendes Gonçalves vinha expressa no art. 3º do contrato, onde se estipulava o montante do capital e sua respectiva divisão (cf. Tabela 4).

Tabela 4 – *Laranjeira, Mendes & Cia.*: sócios e capital segundo o contrato provisório de constituição da firma (dez. 1902)

Sócios	Capital aportado (em pesos “oro sellado”)
Francisco Mendes e Cia.	300.000
Francisco Mendes Gonçalves	100.000
Tomás Laranjeira Francisco Murtinho	300.000
Hugo Heyn	50.000
<b>Total</b>	<b>750.000</b>

Fonte: Contrato social provisório, art. 3º.

Como se pode ver, Mendes Gonçalves, por si e por sua empresa, detinha mais da metade (53,3%) do capital da nova sociedade, enquanto Laranjeira e Murtinho dividiam entre si (em proporção não esclarecida) apenas 40%.

A nova empresa teria sua sede em Buenos Aires (art. 6º). Além disso, Francisco Mendes Gonçalves, como “*socio gerente y administrador*”, ficava encarregado da “*dirección general de los negocios*” – cabendo-lhe “*tener a su cargo, a más de todo cuanto se relacione con los negocios sociales en general, la parte financiera de la Sociedad y especial cuidado de la Sede y demás dependencias en la República Argentina*” (art. 7º). Finalmente, a grande fábrica de Buenos Aires, tendo agora a companhia dos demais bens da ex-CML, voltava ao controle de Mendes Gonçalves, conforme estatua o art. 5º ao esclarecer os fins da sociedade:

El principal negocio de esta Sociedad, es la explotación de los yerbales del Estado de Mato Grosso, Brasil [...], así como la explotación de los yerbales de su propiedad en el Paraguay y otros que se puedan y haya conveniencia en adquirir, *fábricas para preparar y acondicionar sus productos* y todo cuanto tenga relación con el negocio de yerba mate y haciendas de su propiedad [...]. [Destaques meus].

Contudo, do mesmo modo que a ex-CML, a nova sociedade ficava excluída do polpudo ramo das *vendas*, isto é, a colocação dos produtos no mercado: “*Las ventas y todo cuanto con ellas tenga relación continuarán a cargo de los socios Señores Francisco Mendes y Compañía, así como la gestión de los negocios a ellas ligados en la misma forma que la tenía con la Compañía Matte Larangeira*” (art. 10).

Enfim, de acordo com o último artigo, os signatários desse contrato provisório se comprometiam a “*formalizarlo definitivamente una vez que todo esté realizado como lo establece el convenio de que trata el artículo 1º*” (art. 19; ao final constam as assinaturas de todos os sócios). Essa formalização efetivamente ocorreu, isto

é, a sociedade *Laranjeira, Mendes & Cia.* foi constituída, por “contrato privado”, em 7 de maio de 1903.<sup>74</sup>

Curiosamente, como se vê, a empresa foi constituída antes mesmo de que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovasse a referida Lei nº 373, que traz a data de 19 de maio de 1903.<sup>75</sup>

### Considerações finais

Na historiografia, de modo geral, consta a ideia de que a associação entre T. Laranjeira e F. Mendes Gonçalves (constituída ainda na década de 1870 ou 1880) teria persistido, sem alterações, na nova fase iniciada com a constituição da CML, em 1891 – como se vê, por exemplo, pelo trecho abaixo:

A união de Thomaz Laranjeira com o português, de Campanário, Francisco Mendes Gonçalves, datava da época da demarcação das fronteiras Brasil-Paraguai, quando resolveram explorar produtos agrícolas extrativos do Brasil, Paraguai e Argentina. Todavia, Thomaz Laranjeira, sem capital no Brasil para explorar toda [a] extensão dos ervais que lhe foram concedidos [...], aliou-se ao Banco Rio e Matto Grosso, daí nascendo em 1891 [...] a Companhia Matte Laranjeira [...]. *A Matte encarregava-se da exploração e exportação da erva semi-elaborada para Buenos Aires e Francisco Mendes & Cia. da industrialização e distribuição do produto no mercado argentino e outros.*<sup>76</sup>

Nessa perspectiva, tampouco teria havido qualquer solução de continuidade no momento seguinte, isto é, quando da substituição da CML pela LMC.

No presente trabalho, contudo, penso haver demonstrado que esses dois momentos (1891 e 1902-1903) representam, na história do empreendimento aqui considerado, importantes pontos de descontinuidade. Em outras palavras, o advento da CML representou notáveis alterações em relação ao anterior empreendimento individual de Laranjeira, assim como a substituição da CML pela LMC, em 1902-1903, significou o final de uma experiência e o “reequacionamento” dos termos em que devia dar-se a exploração e exportação da erva-mate sul-mato-grossense.

---

<sup>74</sup> Essa informação foi prestada em 1910, quando a empresa foi reestruturada em decorrência do falecimento do sócio Hugo Heyn, cf. Escritura nº 304, 4 de maio de 1910, em Libro 1910-2, Registro nº 50, folio 570 – Archivo de Protocolos Notariales de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Vale notar que, após essa reestruturação, a participação de Mendes Gonçalves passou a representar 57% do capital da empresa, isto é, maior que o estipulado no contrato provisório de 1902: de um capital total de 910 mil pesos “oro sellado”, Francisco Mendes Gonçalves detinha 130 mil e a firma Francisco Mendes & Cia. outros 390 mil, enquanto Tomás Laranjeira detinha 130 mil e Francisco Murtinho 260 mil, cf. Escritura nº 304.

<sup>75</sup> O Termo de Transferência dos contratos da ex-CML para a LMC foi, por sua vez, assinado em 9 de julho de 1903 (cf. Livro de lançamento dos termos de contrato da Província – 1874-1907 – Livro 292, estante 9 – Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá).

<sup>76</sup> BIANCHINI, Odaléa. *A Companhia Matte Laranjeira. Op. cit.*, p. 91-92; destaques meus.

Ao que me parece, interpretações como a de Bianchini, acima citada, denotam a influência, no plano da memória, do longo domínio da família Mendes Gonçalves sobre a empresa. Mantido pelo menos até a década de 1950 (podendo, na verdade, chegar até os dias atuais), esse domínio gerou, no terreno da produção memorialística, uma versão que, além de realçar o protagonismo da empresa no mundo ervateiro sul-mato-grossense (em prejuízo da memória dos demais atores ali presentes), enfatiza a *continuidade* (inclusive com o apagamento das peculiaridades do período 1891-1902) e – num movimento especialmente importante para o assunto aqui tratado – amplia enormemente o papel dos Mendes Gonçalves (em especial o patriarca Francisco) na construção do empreendimento.<sup>77</sup>

Tudo isso, como se vê, apenas confirma, ainda uma vez, as célebres observações de Jacques Le Goff: “uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” consiste justamente em se tornarem “senhores da memória e do esquecimento”.<sup>78</sup> O exame dessa questão, contudo, já constitui matéria para outro trabalho.

*Artigo recebido em 19 de dezembro de 2014.*

*Aprovado em 2 de junho de 2015.*

---

<sup>77</sup> Cf., p. ex., o já citado folheto publicado em 1941 pela própria empresa, cujo viés vem anunciado já no título: “Panegírico [i. é, elogio solene, discurso laudatório] de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, a Mate Laranjeira”. Do mesmo modo, Magalhães, em obra memorialista há pouco mencionada, ao traçar a história da CML com foco justamente na atuação dos Mendes Gonçalves, identifica nessa história três “pioneiros” – e, significativamente, situa Tomás Laranjeira como o “terceiro pioneiro” (os dois primeiros seriam os irmãos Ricardo Antônio e Francisco Mendes Gonçalves, cf. MAGALHÃES, L. A. *Retratos de uma época. Op. cit.*, p. 16-23).

<sup>78</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p. 426.